

COLEÇÃO
CADERNOS
DO POVO

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO

A NOSSA EDUCAÇÃO ? EDUCA

Chico Alencar



COLEÇÃO **CADERNOS DO POVO**

A NOSSA
EDUCAÇÃO ?
ÉDUCA●

Chico Alencar

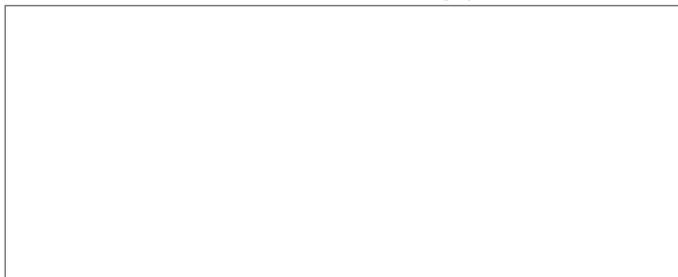


Editora Lince
Campinas - 2019



LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)



ÍNDICE

| | |
|------------------------------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 8 |
| EDUCAR É HUMANIZAR | 10 |
| NÚMEROS QUE ANIMAM E ENGANAM | 16 |
| NA CONSTITUIÇÃO, BELOS PRINCÍPIOS | 20 |
| A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL | 25 |
| A REPÚBLICA, SEUS SÍMBOLOS “EDUCATIVOS” E AVANÇOS | 30 |
| ESCOLA E ESCOLHAS | 36 |
| ESCOLA SEM REFLEXÃO CRÍTICA | 41 |
| IDEOLOGIA, EU TENHO SEMPRE UMA PRA VIVER | 48 |
| EDUCAÇÃO LIBERTADORA | 54 |
| UM ANIMAL QUE SE EDUCA E REEDUCA | 61 |

Autor: Chico Alencar
(professor, escritor e parlamentar por vários mandatos)

Revisão: Maritza Waleska Arruda

Capa: Rafael Camilo

Projeto Gráfico: Alternativa Mídia e Gestão

Produção: Fundação Lauro Campos e Marielle Franco



2019 | Reprodução permitida por
qualquer meio, desde que citada a fonte.

Fundação Lauro Campos Marielle Franco

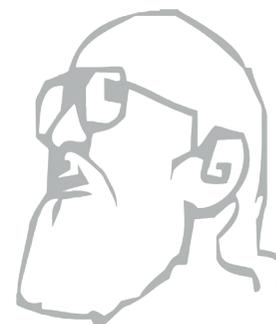
fundacao@laurocampos.org.br

Al. Barão de Limeira, nº 1400 - C. Elíseos

CEP 01202-002 - São Paulo - SP

+55 11 2985 6173 / 2985 5876

Para Paulo Freire (1921-1997),
admirável educador, descobridor
da magia das palavras fecunda-
das pela realidade, que quer ser
lembrado “como um sujeito que
amou profundamente o mundo
e as pessoas, os bichos, as
árvores, as águas, a vida”



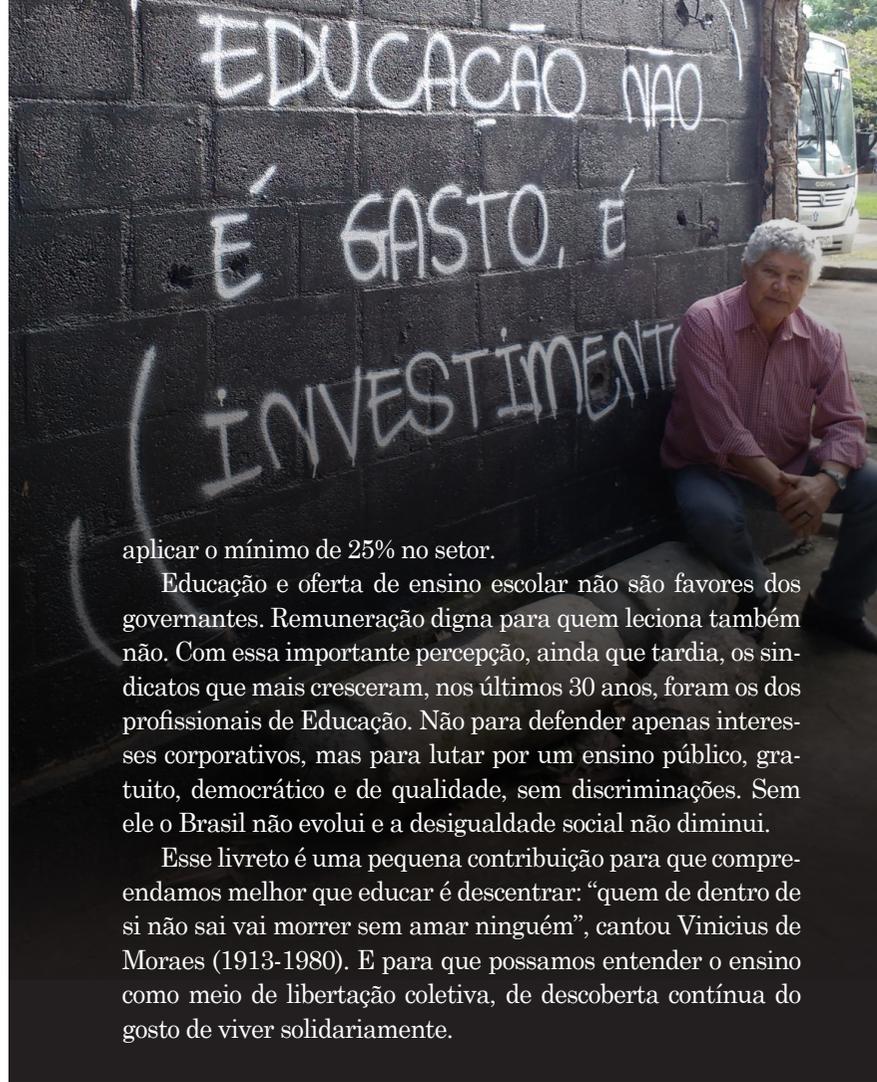
APRESENTAÇÃO

Este livreto faz parte da coleção Cadernos do Povo, que a Fundação Lauro Campos/Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade, tem a honra de produzir e editar.

O título da coleção faz referência a uma outra, publicada entre 1962 e 1964, “Cadernos do Povo Brasileiro”, durante o governo do presidente João Goulart. Naquele Brasil ávido por mudanças, por reformas estruturais, de base, a educação popular tinha enorme importância. A iniciativa foi dos editores Ênio Silveira (1925-1996) e Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), através de uma parceria entre a Editora Civilização Brasileira, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE).

Aqui tratamos de Educação, que é relação, que é humanização, que é o meio pelo qual nos constituímos como seres humanos. Educação que é comunicação, fala, palavra dita, entendida, escrita. O processo educativo, que se dá antes da escola e também nela, existe em todas as sociedades humanas.

Os sistemas de ensino, no estágio atual do capitalismo brasileiro, viraram mercadoria, em grande parte. Isso tende a se agravar, pois há movimento forte para se tirar da Constituição o artigo 212, que obriga a União investir ao menos 18% da receita de impostos na Educação Pública Básica. Também se pretende retirar dos Estados e Municípios a obrigação de



aplicar o mínimo de 25% no setor.

Educação e oferta de ensino escolar não são favores dos governantes. Remuneração digna para quem leciona também não. Com essa importante percepção, ainda que tardia, os sindicatos que mais cresceram, nos últimos 30 anos, foram os dos profissionais de Educação. Não para defender apenas interesses corporativos, mas para lutar por um ensino público, gratuito, democrático e de qualidade, sem discriminações. Sem ele o Brasil não evolui e a desigualdade social não diminui.

Esse livreto é uma pequena contribuição para que compreendamos melhor que educar é descentrar: “quem de dentro de si não sai vai morrer sem amar ninguém”, cantou Vinicius de Moraes (1913-1980). E para que possamos entender o ensino como meio de libertação coletiva, de descoberta contínua do gosto de viver solidariamente.

EDUCAR É HUMANIZAR

Ninguém nasce bandido, ninguém nasce santo. Ninguém nasce andando ou falando. Há quem afirme que o ser humano é um ser vivo dotado de racionalidade e, por isso, com certa superioridade em relação aos demais seres. Será?

Melhor que falar de “natureza humana” é falar em condição humana. Não somos os mais fortes dos seres vivos. Somos os mais inteligentes? Às vezes dá para duvidar... Pablo Neruda (1904-1973), poeta chileno, afirma: *“Nascemos como esboço. É preciso renascer sempre. Nascemos para renascer”*. Poeta de lá, da costa do Pacífico, e poeta de cá, mais para o lado do Atlântico, ou melhor, do Pantanal: Manoel de Barros (1916-2014) disse que *“a maior riqueza do homem é sua incompletude. Nisso sou abastado”*. Uma boa educação ajuda a nos completar.

Aliás, no Dicionário Houaiss (é sempre bom visitar o dicionário, para aumentar nosso vocabulário, nossa comunicação com os outros), educar é “dar a alguém todos os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento de sua personalidade”. E também “fazer o animal obedecer, domesticar, domar”. Mas isso está mais para adestrar do que para educar...

O “bicho homem” é um ser em construção, em descoberta, em crescimento, em transformação. Esse bípede diurno, desde que se ergueu sobre duas patinhas traseiras e conseguiu opor os dedos das mãos, é o único que cozinha os seus próprios alimentos. Isso depois de ter controlado o fogo, claro.

O ser humano, até onde se sabe, é o único que se preocupa com o seu próprio futuro, tem angústia existencial, teme

a morte, busca ir além de si mesmo. Matéria autoconsciente, capaz de refletir sobre o que é ou tenta ser. É o único que cria religiões e vive inventando novas formas de comunicação.

Desde tempos muito antigos, inventou o ato de... educar, de transmitir o que foi aprendendo. Cora Coralina (1889-1985), a sábia dona Aninha da Cidade de Goiás, disse bem: “feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”. Isso é coisa de gente.

Mas gente é também capaz de violências as mais cruéis, como escravizar seus semelhantes e matar povos inteiros. O ser humano é o único ser vivo que produz armamentos letais e promove guerras destruidoras. Por ânsia de poder, de acumulação de bens, de “eternidade”.

Somos filhos do tempo, da cultura da época em que vivemos. Hannah Arendt (1906-1975), notável pessoa, disse que o ato educativo resume-se em “*humanizar o ser humano*”. Só que tornar o humano mais humano não é simples. Hoje, apesar dos fantásticos avanços nas ciências do conhecimento e do autoconhecimento, do avanço jamais visto de saberes tecnológicos e pedagógicos, o ser humano é capaz de atrocidades muito... desumanas.

Educar, portanto, é meio de civilizar. De estimular o fundamental para encontrarmos nossa *vocação humana*: a leitura do mundo, a compreensão da realidade. Não apenas para constatar, reconhecer a situação em que vivemos. Mas para, tendo uma visão crítica sobre ela, buscar transformá-la. Querer um mundo melhor, onde tod@s tenham oportu-

DIREITOS HUMANOS PARA HUMANOS DOS CONDOMÍNIOS



nidades – inclusive educacionais. Ser humano é ser solidário. E, como diz a música de Milton Nascimento e Fernando Brant, “o solidário não quer solidão”.

Educação é processo no qual estamos inseridos desde que nascemos. Por isso a família, as pessoas com as quais convivemos, em harmonia ou desavença, é a primeira educadora. Tod@s somos educador@s. Um grande pensador brasileiro, Alceu de Amoroso Lima (1893-1983), disse que “toda vida se resume em receber para transmitir”.

Educar é, nesse sentido, diferente de ensinar. Educação é tudo que educa (ou deseduca), tudo o que compõe o conjun-



REPRODUÇÃO

to de influências que tod@s sofremos, desde que chegamos ao mundo. Ensino é processo mais sistemático, ministrado em instituições (do Estado, cooperativadas ou privadas) voltadas para a formação do ser humano, de acordo com princípios ideológicos e pedagógicos que as norteiam.

Educação é mais social, ensino é mais institucional. Educação é sempre plural, assistemática, permanente. Ensino é mais direcionado, sistemático, dotado de etapas e objetivos formais. E ambos se intercomunicam.

Em qualquer situação, o processo de ensino-aprendizagem precisa ser animado, estimulante, baseado na alegria da descoberta (inclusive para quem ensina, que deve estar sempre reaprendendo, atualizando seus conhecimentos).

Vale sempre indagar se nossa experiência escolar nos ensinou a fazer coisas práticas: aprendemos a cozinhar, trocar uma pequena instalação elétrica, cuidar de um jardim

e até lavar, passar e costurar nossas roupas? Raramente a resposta é afirmativa... Que ensino é esse, qual sua importância para a vida real?

Anatole France (1844-1924), um escritor francês, disse que “só aprendemos nos divertindo. A arte de ensinar não é outra senão a arte de despertar a curiosidade das almas jovens para depois satisfazê-las. Para digerir o saber é necessário que ele seja devorado com apetite!”. Todo saber tem sabor.

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) O que você considera ainda incompleto, em você e na sociedade?
- 2) O que foi mais marcante na educação que você recebeu?
- 3) No sistema de ensino a que você teve acesso, o que lhe pareceu bem útil e o que lhe pareceu desnecessário?

NÚMEROS QUE ANIMAM E ENGANAM

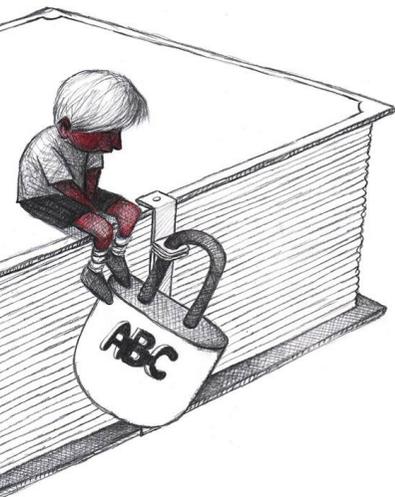
Candinho é um camponês. Vive, com dificuldade, do que suas mãos plantam, da terra que prepara, semeia e colhe. Nunca teve oportunidade de estudar, nem sente falta: *O pessoal da cidade vai muito à escola e aí não tem tempo de aprender as coisas* – dizia, no início da última década do século passado.

Candinho não sabia ler e escrever, mas aprendeu muito na escola da vida, com a experiência dura da sobrevivência.

- A escola da vida é tão boa que nela ninguém quer entrar de férias... – brinca. Mas hoje sei como é importante todos os meus filhos estarem estudando.

Candinho era um dos quatro entre 10 d@s brasileir@s que não tinham tido chance de estudar por mais que dois anos naquela época. Já tinha sido pior: no censo de 1940, sete de cada 10 brasileir@s sequer iam à escola. Hoje, apenas um em cada 100 não chega às primeiras séries do ensino fundamental, às classes de alfabetização.

No limiar da 3ª década do século XXI, o ensino está massificado no Brasil, naquelas nove séries obrigatórias do ensino fundamental e no ensino médio: mais de 47 milhões de estudantes estão matriculados na chamada Educação Básica. Os dados são de 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP): são 35,9 milhões de crianças no ensino fundamental (8,7 milhões no ensino infantil) e 7,7 milhões de jovens no ensino médio. Contemos também os 3,5 milhões da educação de jovens e adultos (EJA).



M E I O

Esses números são fortes. A realidade, porém, mostra outros, que preocupam. Também no fim da 2ª década do século XXI, 55% das crianças com oito ou nove anos no Brasil ainda não sabem ler, mesmo estando na escola. No 3º ano do fundamental, apenas 10% conseguem escrever textos adequados ao final do ciclo de alfabetização.

De cada 10 estudantes que concluem as nove séries do ensino fundamental, sete não dominam as quatro ope-

rações matemáticas, a escrita, a interpretação de textos. Em média, só 52% dos jovens terminam o ensino médio até os 19 anos (entre as mulheres, esse percentual é maior: 60%).

Há no país cerca de 180 mil escolas, uma grandeza! Mas 55% não têm quadras de esporte (“*ensinar não pode ser só do pescoço para cima*”, dizia Paulo Freire). E 98 mil estão sem bibliotecas ou salas de leitura.

No ensino dito superior, das faculdades, o Brasil tem mais de oito milhões de alunos. Com curso universitário concluído, até 34 anos, são 17% da população. Média bem menor que a Europa (44%) e países como Canadá e Japão (61%), e inferior à de outros países da América do Sul, como Argentina, Chile e Uruguai.

Considerando todos os que estão em espaços escolares, da creche à pós-graduação, somando-os aos professores e funcionários dessas instituições (são mais de três milhões de profissionais da educação em todo o país), podemos dizer que a quarta parte da população brasileira está envolvida diretamente com o dia a dia escolar. E que quase todos nós, de alguma maneira, temos alguma relação com a educação no Brasil.

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) Que etapas da escolarização você conseguiu cursar, e o que lhe garantiu isso?
- 2) Como superar o “funil” educacional do Brasil, que exclui tantas pessoas?
- 3) Educação escolar, no Brasil, é mais considerada um “favor” do que um direito. Como superar isso?

NA CONSTITUIÇÃO, BELOS PRINCÍPIOS

Acredite: a primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, mesmo garantindo a continuidade do “contrato” entre senhores e as pessoas escravizadas (!), dizia que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. O problema era que poucos tinham sua condição de “cidadãos” reconhecida...

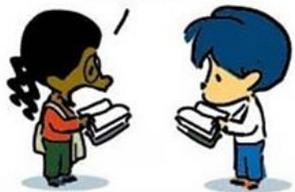
A primeira lei detalhando a criação de escolas é de 15 de outubro de 1827 (por sinal, desde 1963, por decreto do presidente João Goulart (1918-1976), 15 de outubro é o Dia do(a) Professor(a) no Brasil): “em todas as freguesias, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”.

Aqui já se percebe o abismo entre lei e realidade, o proclamado e o praticado, o escrito no papel e a vida real - tão comum no Brasil: o recenseamento de 1872 revela que apenas 16% da população brasileira estava alfabetizada (23,4% homens, 13,4% mulheres). Entre os escravizados, 99,9% eram mantidos no iletramento.

A elite brasileira no alvorecer da República, na última década do século XIX (em torno de 14 milhões de habitantes), era “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”. Como sabemos, isso facilita a dominação de uns poucos sobre muitos. Um dos primeiros letreiros que conseguiu ler, ainda criança, no centro do Rio, estimulado por meu saudoso pai, me marcou definitivamente: “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”.

O direito à Educação está inscrito na Constituição da

O LIVRO 1984
FOI ESCRITO
EM 1948!



É INCRÍVEL O
QUANTO SOA
ATUAL!

JÁ ESTE É
DE 1988...



...E INCRÍVEL O
QUANTO PARECE
FORA DE MODA!



Alexandre Beck 31547/19

República Federativa do Brasil, artigo 205, em vigor: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Tem mais: a Constituição determina como dever do Estado garantir a “educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 anos de idade, assegurada sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (artigo 208, I)

Tem mais ainda: a Constituição define os princípios nos quais o en-

sino será ministrado, entre os quais a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206, II), o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (III), a “gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais” (IV), a “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira” (V) e “ piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública” (VIII).

Ainda nesse artigo 206, nossa Lei Maior também determina a gestão democrática do ensino público e garantia do padrão de qualidade do ensino (incisos VI e VII).

O artigo 214 da CF determina a elaboração, por projeto de lei, do Plano Nacional de Educação, de duração decenal. Seus objetivos devem ser acabar com o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade do ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica do País e o estabelecimento de metas para recursos públicos em educação em percentual crescente do Produto Interno Bruto (PIB).

O financiamento da educação pública em um país que tem 70% dos seus municípios com até 20 mil habitantes depende muito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O modelo em vigor vence em 2020 e sua renovação depende do Congresso Nacional.

As universidades, o chamado ensino superior (nem sempre...), também estão contempladas no artigo 207 da Constituição, que assegura sua “autonomia didático-cien-

tífica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”. Esse artigo destaca também o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Extensão é a relação com a comunidade, isto é, a obrigação da universidade sair de si mesma e promover a troca de saberes entre a academia e a experiência do povo, o conhecimento popular.

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) Por quais motivos os princípios educacionais fixados nas nossas Constituições dificilmente são cumpridos?
- 2) Educação é dever do Estado e da família. O que tem impedido que esses entes desenvolvam a contento essa missão?
- 3) Você conhece trabalhos de extensão das Universidades Públicas de sua região? Qual sua avaliação deles?

A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL E IMPERIAL

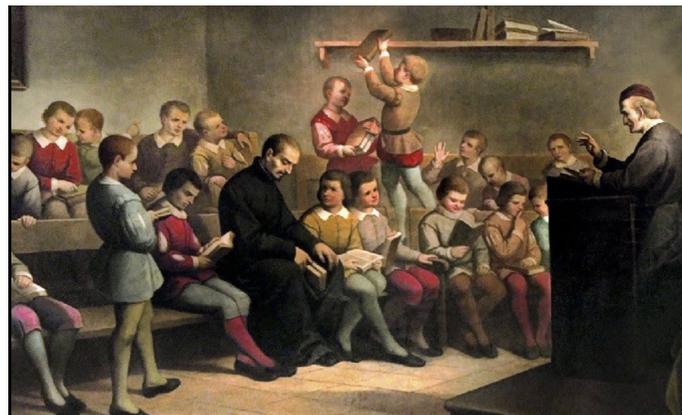
Educação não rima com escravidão (nem com lucro como valor principal, nem com discriminação).

No Brasil do tempo da colônia, quase todas as escolas – poucas – eram dos padres jesuítas. Eles tinham quatro graus de ensino: o elementar, para ensinar a ler, escrever e contar, além da doutrina católica (única religião aceita na época); o de humanidades, para conhecimentos gerais, o ensino da gramática e da boa retórica (fala “correta”); o de artes e o de teologia – estes só para a elite da elite.

Os jesuítas tinham um lema que soa hoje muito estranho: “com sangue a letra entra”. Isso quer dizer que, na concepção deles, só se aprendia com muita disciplina e até com castigos corporais. Como nas escolas da Europa da Idade Média, a hierarquia e a disciplina eram consideradas educativas por si mesmas.

Os mestres-escola jesuítas recebiam um chicote no primeiro dia de aula, símbolo de sua “missão disciplinadora”. Mas os eventuais castigos não podiam ser com golpes no rosto ou na cabeça, e tinham que ser dados na presença de pelo menos duas testemunhas... Quem nos conta isso é o padre Leonel Franca (1893-1948), em seu livro “O método pedagógico dos jesuítas”.

Os que terminavam o curso de humanidades e eram considerados mais talentosos, tendo recursos, iam para Coimbra, em Portugal. Lá faziam os cursos superiores de Filosofia, Teologia, Direito ou Medicina – sempre sob a orientação dos jesuítas. Quase nada aprendiam da ciência



REPRODUÇÃO

moderna que se desenvolvia desde o século XVII.

Assim, ia-se formando no Brasil uma pequena elite intelectual com pouco conhecimento de atividades técnicas. Não se dava atenção ao ensino profissional, pois o trabalho escravo não pedia grande especialização. Essa elite “estudada” desprezava os negros escravizados e os homens livres pobres e analfabetos. Eram considerados inferiores e era preciso mantê-los nessa condição. Essa elite dizia que a maioria vivia “nas trevas da ignorância” porque não tinha “disciplina” nem “vocação para o estudo”.

No período imperial, que durou quase todo o século XIX, nada se alterou muito: ensino só para poucos. Surgiram, em 1827, os primeiros cursos jurídicos (em São Paulo e Olinda), e o Imperial Colégio de D. Pedro II, em 1837,

mas a maioria da população continuava excluída de qualquer oportunidade educacional.

Ao final do Império, estimava-se em cerca de dois milhões as crianças e jovens entre seis e quinze anos. Mas nem 10% delas frequentavam as escolas (de “primeiras letras” ou os “liceus” – como eram chamados os ginásios, hoje ensino médio).

Os tempos mudavam e a necessidade de ampliar o ensino crescia. Mas permanecia o preconceito contra o aprendizado da leitura e da escrita. Ele atingia especialmente os pobres e as mulheres. Quanto a estas, se dizia, até as primeiras décadas do século XX, que deviam, no máximo, “aprender a copiar receita de bolo, pois mais que isso é um perigo para o lar”.

O romance *Inocência* foi escrito pelo Visconde de Taunay (1843-1899) em 1872. Nele, um personagem, chamado Pereira, pai severo, viúvo que criava com mil cuidados sua única filha numa fazenda nos confins da província do Mato Grosso, dizia: *“Contaram-me que hoje lá nas cidades... arrenego!... não há menina, por pobrezinha que seja, que não saiba ler livros de letra de forma e garatujar no papel! (...) Inocência é uma menina esquisita (...). Às vezes, tem lembranças e perguntas que me fazem embatucar... Aqui havia um livro de horas (de orações) da minha defunta avó. Pois não é que um belo dia Inocência me pediu que lhe ensinasse a ler? Que ideia!”* (Edição digital do MEC, capítulo VI, p. 14)

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) Essa pedagogia da disciplina máxima e do castigo ainda existe? Você considera que ela pode ser eficaz em algumas situações?
- 2) Manter a maioria da população fora da vida escolar interessa a quem?
- 3) Ainda há restrições ao aprendizado e à escolaridade feminina? Que espaços a mulher conquistou no campo educacional, onde foi historicamente discriminada?

A REPÚBLICA, SEUS SÍMBOLOS “EDUCATIVOS” E AVANÇOS

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, produziu uma ação imediata, de caráter simbólico, que visava “educar para o novo regime”. Houve muitas mudanças de nomes de logradouros: o Paço Imperial virou Praça XV de Novembro; o Campo de Santana, Praça da República; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil. Até o Colégio Pedro II passou a ser chamado de Colégio Nacional, mas isso não vingou. Nas novas notas de papel-moeda que passaram a circular, as imagens não eram mais do Imperador e da Monarquia.

Como no caso do Colégio Pedro II, nem tudo prosperou: em 1890 foi feito um concurso para a escolha do novo Hino Nacional, saindo vencedora a peça de Leopoldo Miguez e Medeiros e Albuquerque. Mas o antigo hino, composição musical do maestro Francisco Manuel da Costa, feita em 1831, mais conhecido pela população, não perdeu sua condição de Hino Nacional Brasileiro.

Aliás, o próprio presidente provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca, reconheceu isso em decreto, conservando a música tradicional. O novo foi oficializado como Hino da República (“*Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós!*”). Curioso é que a letra do Hino Nacional só foi feita em 1909, por Osório Duque Estrada, sendo oficializada pelo presidente Epitácio Pessoa às vésperas do centenário da Independência, em 6 de setembro de 1922. Tal qual a nação Brasil, nosso hino foi sendo construído aos poucos, ao longo do tempo, e não sem polêmicas...

Mesmo a bandeira brasileira, ainda que alterada, manteve as cores que remetiam à Casa Real Portuguesa de Bragança (o verde) e à Casa Imperial Austríaca de Habsburgo (o amarelo). A orientação republicana “ensinou” que se tratava do verde das nossas matas e do amarelo das nossas riquezas minerais...

A República – governo do povo, pelo povo e para o povo, por definição – ampliou sua afirmação do dever estatal da educação e do ensino, para assegurar um direito da população. Mas a continuada dominação oligárquica da República Velha manteve esse direito como privilégio.

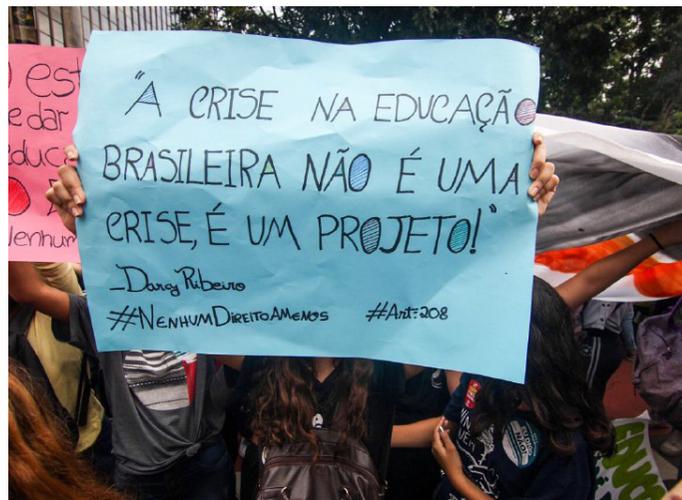
O primeiro Ministério da Educação de nossa história era também da Saúde Pública. E esse Ministério da Educação e Saúde Pública só foi criado em novembro de 1930, logo após a chamada “Revolução de 30”, liderada por Getúlio Vargas.

Foi preciso que, em 1932, o Manifesto da Escola Nova alertasse para a necessidade de o governo do Brasil e dos estados enfrentarem o desafio de oferecer a educação para tod@s. Anísio Teixeira, Cecília Meirelles, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, entre outr@s, se preocupavam também com a “pluralidade e multiplicidade para favorecer a expansão das energias criadoras do educando”.

Pela primeira vez o aluno – aqui chamado de educando – era percebido como sujeito, como portador de desejos e necessidades, e não como uma folha em branco onde o mestre que tudo sabe iria escrever as primeiras e inesque-

cíveis letras. O Manifesto da Escola Nova também falava da urgência de se implementar um Plano Nacional de Educação, igualmente mencionado pela Constituição de 1934. Mas isso só veio a acontecer muito tempo depois. O PNE em vigor é de 2014.

Foi na Era Vargas, acompanhando o processo de industrialização do país, com o governo amparando as iniciativas da burguesia dona das fábricas, que surgiu o ensino profissionalizante. Na década de 1940 o chamado “Sistema S” tem início, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social do Comércio (SESC).



KARLA BOUGHOFF/CUQA DA UNE

A democratização da sociedade brasileira – processo lento, com avanços e recuos – envolveu mais e mais educador@s (e estudantes, em menor escala) na formulação de projetos de lei. Desde os anos 60 são importantes as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A primeira foi promulgada pelo presidente João Goulart em 1961, embora ela estivesse prevista desde a Constituição de 1934. O regime militar tratou de modificá-la e surgiu a de 1971, no governo do general Médici.

A LDB que está em vigor deriva da reconquista da democracia e nasceu em 1996, no governo FHC. Seu relator foi o senador Darcy Ribeiro (1922 – 1997). Darcy costumava dizer que *“a crise da educação brasileira não é uma crise, é um projeto”*.

O Plano Nacional de Educação traz metas a serem realizadas até 2024. Entre elas, acabar com a desigualdade educacional, que faz com que os mais ricos tenham melhores escolas. O PNE também visa garantir o acesso e permanência de tod@s na escola e a formação para a cidadania e para o trabalho. Garante a pluralidade cultural e busca ampliar a consciência ecológica, de sustentabilidade sócio-ambiental. A valorização da formação e da remuneração dos profissionais de educação também é uma meta, assim como a gestão democrática das instituições de ensino. Para tudo isso, o PNE estabelece que o governo deverá aplicar 10% do Produto Interno Bruto em educação até 2024.

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) Qual a relação que você vê entre o regime republicano e a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade?
- 2) Qual sua avaliação sobre o chamado Sistema “S”? Acredita que ele deve continuar a ser apoiado pelo governo?
- 3) Como você avalia o cumprimento das principais metas do PNE em vigor? Acredita que até 2024 todos os objetivos serão atingidos?

ESCOLA E ESCOLHAS

Há um consenso, presente em todo discurso político: a educação é prioridade. Quem discorda?

Escola é relação com o mundo, saída da “bolha”, espaço de relações para além do “útero” familiar. A escola permite o convívio com a diferença. Com o outro, que me complementa. A escola é uma comunidade: tem os alunos, tem os pais, tem os profissionais da educação, tem o povo do bairro onde ela está situada.

Anísio Teixeira (1990-1971) disse que *“as escolas são, sobretudo, os seus professores”*. Paulo Freire completou: *“as escolas não existem sem a alegria e a curiosidade dos alunos”*. Acrescentaria: serventes, merendeiras e todo o pessoal administrativo também educam. E os pais são decisivos na rede de relações que o ambiente escolar obrigatoriamente cria.

Não há dúvida de que o(a) professor(a) tem um papel central, uma responsabilidade maior. E ali, na relação ensino-aprendizagem, sua postura, sua coerência de vida têm enorme importância. Diz José Pacheco, educador português, que *“há muitos meios de ensinar, mas nenhum que sirva para todos os alunos. Professor não ensina o que diz, transmite o que é”*. Ser professor(a) assemelha-se ao ofício do artista: tem que colocar muito de si no trabalho que realiza, sob pena de ele perder o brilho, o viço, a atratividade.

Quem ensina não pode ter a ilusão de que tudo que comunica será entendido pelos alunos exatamente como ele ou ela pensam. Muitas vezes o aluno só “aprende” o que



quer. E isso pode ser diferente do que o(a) professor(a) ensinou. Há sempre um espaço de mistério, de sombra, entre o que o(a) professor(a) ensina e o que o(a) aluno(a) aprende.

Os trabalhadores da educação foram se percebendo como classe, como categoria profissional, portadora de direitos (que sempre implicam em consciência dos deveres). Desde os anos 1980, os profissionais da educação constituíram o setor que mais se organizou em sindicatos.

E o jovem, quem é ele? Não é possível falar em uma “juventude” só. Há juventudes! E elas vão se reconhecendo e sendo reconhecidas de acordo com seus ambientes fa-

miliares - mais integrado ou mais disperso, mais acolhedor ou mais hostil, que lhes passam ou não algum sentido de vida, de valores, de responsabilidade.

É preciso conhecer as juventudes na diversidade de suas expectativas, do seu lugar no mundo, de suas festas e alegrias, seus tormentos e conflitos, suas inquietações e adaptações. De suas oportunidades educacionais e culturais, suas perspectivas de trabalho, suas esperanças e desencantos.

Juventudes: é preciso entendê-las. A escola que as ignora, as considera como mero “corpo discente”, sem procurar entender sua alma e acolhê-las, é uma escola vazia, que logo será abandonada.

Rubem Alves (1933-2014) foi um apaixonado pela vida e pela educação. Ele cumpriu sua existência sonhando com a escola ideal. Considerava todo(a) professor(a) um “guardião da dúvida”. Queria uma escola viva: *“para isso existem as escolas: não para ensinar as respostas, mas para ensinar as perguntas. As respostas nos permitem andar sobre a terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido”*.

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) Você teve ou tem relação direta com alguma escola? E ela, como se relaciona com a comunidade?
- 2) Quais o(a)s professore(a)s que mais lhe marcam ou já lhe marcaram, positivamente? Por quais razões?
- 3) De qual segmento da juventude você faz ou fez parte? Quais suas expectativas, sonhos e maiores aflições?

ESCOLA SEM REFLEXÃO CRÍTICA

Há, entre nós, faz tempo, um embate permanente, em termos de concepção pedagógica. De um lado estão os defensores de um ensino formal, tradicional, memorizador, disciplinador, “objetivo”, que adeque as pessoas ao mundo, de forma pragmática. De outro, os promotores de um ensino crítico, analítico, problematizador, inconformista, “subjetivo”, que ajude a formar cidadãos protagonistas de sua própria história.

Há aqueles que são educadores, que sabem que mais que “ensinar” é preciso ajudar a “aprender a aprender”. E há os que se contentam em ser “educatradores”, simples adestradores, que tentam moldar repetidores, formar pessoas “certinhas”, que aceitam tudo sem questionar.

Miguel Nagib é um advogado que criou um movimento chamado “Escola Sem Partido”. Esse movimento entende que há escolas “com partido”, que “doutrinam” seus estudantes, tentam impor uma visão única aos seus alunos.



Não conheço ninguém que defenda uma escola *com* partido. Melhor seria ter “Partido com Escola”: partidos políticos que oferecessem seminários de apresentação de sua doutrina, propostas e programas, cursos de formação política para entender a realidade, cartilhas e livros para o crescimento intelectual das pessoas etc. Aliás, é para isso que as Fundações de Estudo (como a Lauro Campos/Marielle Franco, do PSOL), que todo partido precisa obrigatoriamente ter, existem.

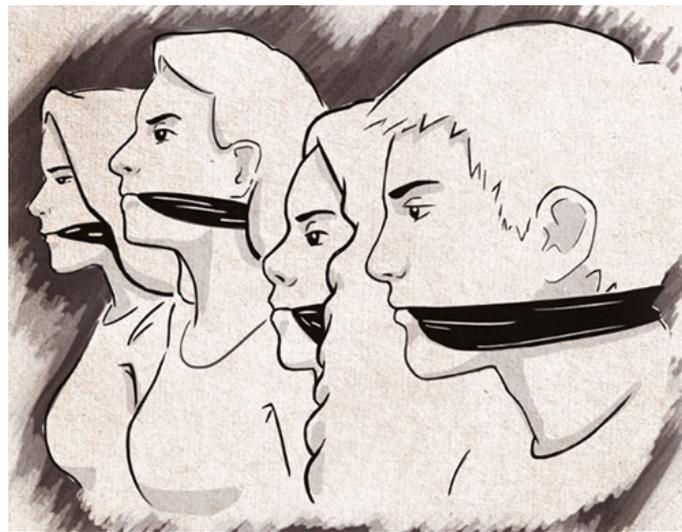
O movimento “Escola Sem Partido” quer impor limites à educação no Brasil. Em audiência pública no Senado, em novembro de 2016, Miguel Nagib disse:

“Nosso projeto foi inspirado no Código de Defesa do Consumidor, que intervém na relação entre fornecedores e consumidores para proteger a parte mais fraca, que é o consumidor, o tomador de serviços que são prestados pelos fornecedores. Da mesma maneira, a nossa proposta intervém na relação de ensino-aprendizagem para proteger a parte mais fraca dessa relação, que é o estudante, aquele indivíduo vulnerável que está se desenvolvendo”.

Há dezenas de projetos de lei para criar restrições à atividade educativa em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional. Um deles, aprovado em Alagoas, já teve sua constitucionalidade negada pelo ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), baseado em parecer da Procuradoria Geral da República.

Educação em sentido amplo é a que acontece a vida inteira, em todos os espaços. O Estado não regula a educação que se dá no âmbito familiar, não interfere em como os pais criam seus filhos. Mas a educação escolar, que se desenvolve através das redes de ensino, é dever do Estado e deve ser regulamentada por ele.

O “Escola Sem Partido” confunde Educação e Ensino. E considera este um “serviço”, um “produto” que as redes municipais, estaduais e federal de educação oferecem. O aluno, aqui, é um “consumidor”. O rico processo educativo fica apequenado, pois tudo é considerado em função dos valores do mercado.



O aluno é também considerado a parte “vulnerável” do processo ensino-aprendizado. Distantes e ignorantes dos conceitos pedagógicos mais atuais, os defensores dessa “escola” sem reflexão crítica veem o professor como uma “autoridade suprema”. Que, de maneira vertical e doutrinária, impõe sua visão de mundo sobre o estudantado. Não haveria na sala de aula qualquer diálogo, só monólogo.

Os adeptos do “Escola Sem Partido” pretendem assegurar o “direito do aluno filmar os professores”, para poder denunciá-los. Isso nega o princípio mais importante do processo educativo: a confiança entre todos os agentes da vida escolar. Instaura-se a suspeição.

O economista e mestre em filosofia pela USP Joel Pincheiro da Fonseca escreveu na Folha de São Paulo, em 30/4/2019: *“o clima policalesco que se cria com alunos filmando professores com o intuito de fritá-los perante o tribunal das redes sociais – sempre movido por paixões e não por uma justa apreciação do incidente – coloca os professores no lugar de inimigos da nação. É o espírito dos tempos”*.

A Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, baseada em estudos de obras pedagógicas relevantes e ouvindo especialistas em educação, foi incisiva:

“O que é doutrinação? O que configura a imposição de uma opinião? Qual é a conduta que caracteriza propaganda religiosa ou filosófica? Qual é o comportamento que con-

figura incitação à participação em manifestações? Quais são os critérios éticos aplicáveis a cada disciplina, (...) em que circunstâncias o professor os terá ultrapassado? (...) Para que a educação seja um instrumento de emancipação, é preciso ampliar o universo de informações e cultural do aluno, e não reduzi-lo, com a supressão de conteúdos políticos ou filosóficos, a pretexto de ser o estudante um ser ‘vulnerável’. O excesso de proteção não emancipa, o excesso de proteção infantiliza.”

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) Por que o nome “Escola Sem Partido” é enganoso? Você já conheceu alguma escola com partido?
- 2) Você considera a educação ministrada nas escolas um “serviço”, e os estudantes “consumidores”, que podem ser enganados com frequência?
- 3) Uma escola que apresenta vários pontos de vista sobre diferentes assuntos e estimula a reflexão crítica, questionadora, pode ser considerada “doutrinadora”?

IDEOLOGIA, EU TENHO SEMPRE UMA PRA VIVER

A ideologia – que é visão de mundo, conjunto de valores que dão sentido à vida – é como o ar que respiramos: está em toda parte, e é indispensável. Todo mundo tem! Ideologia é irmã da cultura, característica própria do ser humano. Negá-la, ou tentar “reprimi-la” no ambiente educacional, é uma inutilidade, é uma farsa.

A ideologia é como um cimento na construção do edifício social: ela dá a liga para que a estrutura não desabe. Quando um sistema não tem mais uma maioria de defensores, é sinal de que sua ideologia está ruindo. E outra, nova, nascendo.

Esse processo de “mudança de mentalidade” não é rápido. Muitas vezes o velho está carcomido, caído, mas o novo não se impõe, pois ainda não chegou à compreensão – e adesão – da maioria insatisfeita.

Nosso Estado não é “neutro”. A Constituição – olha ela de novo – diz que ele deve estar comprometido com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades e o combate a todas as formas de discriminação. O ambiente escolar é muito importante para tudo isso.

Para realizar essa finalidade do Estado brasileiro também foi criada a política de cotas. Praticada em quase todas as universidades públicas do país, a partir do ano 2000, ela tem permitido o acesso àquele ambiente – por tanto tempo tão elitista – de jovens egressos das camadas

populares. No âmbito das universidades estaduais, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a pioneira. No plano federal, a Universidade de Brasília (UNB).

As leis de cotas (chamadas de “afirmativas” ou de “discriminação positiva”) – que começam a abranger também concursos para a administração pública – variam de acordo com a região. Naturalmente, na região Norte o percentual assegurado aos índios é maior.

Sendo o Brasil o país de maior população negra do mundo, depois da Nigéria, essa importante parcela da nossa população, com histórico de escravização, marginalização e preconceito, é a maior beneficiária desta reparação.

O critério das cotas, quase sempre, não se limita à negritude dos concorrentes. O fato de ter estudado todo o tempo anterior, do ensino básico, em escolas públicas, também é considerado. Importante lembrar que as cotas não garantem acesso imediato: tod@s fazem exames, submetem-se a uma seleção.

O desempenho acadêmico dos que ingressaram pelo sistema de cotas tem sido equivalente aos dos demais. Mas assegurar o ingresso não basta: é preciso garantir a permanência, dando condições aos estudantes de baixa renda de prosseguirem nos estudos, apesar das dificuldades da vida.

O sistema de cotas exige avaliação periódica, para aferir sua eficácia na democratização do ensino. Há a compreensão de que ele não deve ser perene, pois isso significaria



LUCAS AMDBA

que os fatos objetivos que levaram à sua adoção – a discriminação racial e a precariedade do ensino público – seriam “eternos”.

Mas é inegável que as cotas têm tornado o ensino superior mais aberto às camadas populares, e isso significa grande transformação positiva. Daí a reação de setores das elites e mesmo de governos, que querem manter seus privilégios e o “espírito de casta”.

Continuam existindo capitalismo e socialismo, direita e esquerda, com diferentes nuances. Há concepções muito distintas quanto ao funcionamento da sociedade, do regime político e da economia, e do próprio sistema de ensino, mas essa disputa não se dá mais naquelas bases do “crê ou morre”. Hoje o mundo está mais diverso, mais contraditório, menos controlado e previsível. E as escolas, aos poucos, vão tendo uma composição mais plural, mais diversificada.

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) “Ideologia, eu quero uma pra viver”, cantou Cazuza. E você, qual a ideologia que orienta a sua vida?
- 2) Você conhece os princípios do sistema capitalista (que predomina no mundo) e os do sistema socialista? O que acha deles?
- 3) No ambiente onde você vive há o livre debate de ideias e todas as opiniões são consideradas e respeitadas?

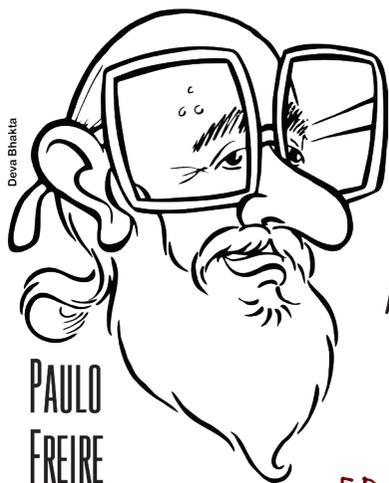
EDUCAÇÃO LIBERTADORA

A vivência na escola é sempre marcante. Mais do que pelo que se aprende, o que fica é a convivência. Para qualquer pessoa cumprindo longa pena na cadeia, naquela situação terrível de privação da liberdade, naquele sistema prisional que mais embrutece que recupera, há duas figuras que são sempre lembradas: a mãe e a... primeira professora! Elas, muitas vezes, são o rosto da humanidade que restou. Isso não é por acaso.

A escola é nossa primeira porta de saída para o mundo. Não vamos sozinhos: há aquelas e aqueles que nos mostram o caminho, que o fazem conosco. São a(o)s dedicada(o)s que escolheram viver “docentemente”.

Educar vem de ‘ex ducere’, sair para fora de si, abrir-se a outros pontos de vista. A boa escola é aquela que está o tempo todo olhando o mundo, percebendo a vida, tendo curiosidade em relação à realidade. De novo Cora Coralina: “*o saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes*”. Uma escola e um ensino alheios a esses “grandes mestres” é uma escola triste.

Há os imensos avanços tecnológicos, há a continuada injustiça, há uma crescente violência no mundo. A internet, a rede mundial de computadores, tem um papel relevante na compreensão da nossa época. Do ponto de vista da comunicação, a internet é um “território livre”. Facilita muito o contato (virtual, indireto) entre as pessoas. Pode espalhar verdades, novas realidades, mas também mentiras, “fake news”.



A LIBERTAÇÃO
 ATRAVÉS DA
 EDUCAÇÃO É UM
 ESFORÇO COLETIVO

A internet é também uma poderosa “educadora”. Hoje, qualquer criança, mal aprende a andar, já quer teclar, já olha com interesse o que pode estar na telinha de um computador. Logo já está no mundo dos joguinhos eletrônicos, e ali vai adquirindo gostos e valores – em geral, os do mercado. Formação dos consumidores mirins... É muito

difícil para os pais e professoras limitarem esse atrativo de crescente influência.

Umberto Eco (1932-2016), pensador e escritor italiano, via mais defeitos que virtudes na internet. Em uma de suas últimas entrevistas, foi contundente: “o drama da internet é que ela promoveu uma legião de imbecis (...) Não são leitores de livros mas comportam-se como doutores e exímios conhecedores do assunto que se propõem a debater”.

O problema maior é o “escudo” da telinha, a possibilidade do anonimato para a mentira, a calúnia, a ofensa. Há também um grande estímulo ao individualismo: cada um é sua própria notícia, o único juiz do que diz – ou melhor, escreve. Há muita autorrealização em bolhas autossuficientes.

Como qualquer veículo, o uso da internet é um espaço em disputa. Pode ali predominar a desinformação, a tal “pós-verdade” e inclusive o preconceito e a discriminação, com seus autores escudados em “perfis falsos”. Pode, por outro lado, circular informação sadia, independente, pensamento autêntico, troca de conhecimentos.

As novas tecnologias não são inimigas da educação. Ao contrário, elas auxiliam na necessária (e tão abandonada) formação do(a)s professore(a)s e abrem um universo de informações aos alunos – nem sempre corretas, a serem checadas exatamente no ambiente escolar.

A escola da educação libertadora é necessariamente aberta. James Heckman, prêmio Nobel de economia em 2000, fez um estudo com crianças entre quatro e seis anos

e constatou que as que tinham a paciência, o espírito de colaboração, a criatividade e seu pensamento crítico estimulados nessa etapa inicial do seu aprendizado tiveram melhor desempenho no ensino médio e mais possibilidades de êxito na vida profissional.

A escola do ensino emancipatório elabora, com a participação de todos os segmentos, incluindo os pais e representantes da comunidade onde está inserida, seu projeto político-pedagógico. Está provado que uma escola que dialoga e se abre para o seu bairro é mais preservada, porque mais querida.

Também a disciplina – vale dizer, a organização de procedimentos – é muito mais eficiente se tem suas “regras do jogo” debatidas com todo(a)s os que devem segui-las. Não há jogo sem regras mas a melhor regra é aquela cujas normas todos contribuíram para elaborar. Comportamento vem de colocar comportas. Nem sempre elas comportam a curiosidade, o desejo, a criatividade e inventividade de quem está descobrindo o mundo.

Pedagogia vem do grego *paidea*, que tem um duplo significado: educar e civilizar. Educar e civilizar para a cidadania é ensinar a olhar para dentro de si: “*Que sei eu do que serei se não sei o que sou?*”, indagou Fernando Pessoa (1889-1935), no seu belíssimo poema “A tabacaria”, escrito em 1928.

Educar e civilizar para a democracia é ensinar a olhar para fora. Pede uma escola que estimule a leitura do mun-



do na sua diversidade, as contradições de uma sociedade de classes e, sim, uma visão generosa e utópica de um novo mundo igualitário, justo e fraterno, possível e necessário.

A dimensão da utopia, do não lugar, do ainda não existente, da ânsia de uma outra ordem social, sem exclusões e preconceitos, é indispensável à boa educação - como à arte, essa “*confissão de que a vida não basta*”, como dizia e sentia Fernando Pessoa.

Rubem Alves tinha uma atenção especial para o título de seus livros. Um deles já diz muito sobre a educação e a escola: “Entre a ciência e a sapiência”. Para ele, a sapiência é a ciência apaixonada, que vai além de si mesma: *“A vida é muito mais que a ciência. Ciência é uma coisa entre outras, que empregamos na aventura de viver, que é a única coisa que importa. E por isto, além da ciência, é preciso ter sapiência”*.

Perguntas para sua reflexão

(a ser realizada, de preferência, em grupo)

- 1) Na sua vida escolar houve um processo de conhecimento do mundo? No que isso, tendo acontecido, modificou sua vida?
- 2) Você, alguma vez, foi convidado a participar da elaboração do projeto político-pedagógico de sua escola? E da elaboração das regras de conduta, das “normas disciplinares”?
- 3) A escola o(a) ajudou a se transformar em uma pessoa melhor, mais independente, consciente e solidária?

UM ANIMAL QUE SE EDUCA E REEDUCA

Antes e depois das políticas educacionais, dos governos e dos sistemas de ensino, existe a educação. Educação que é comunicação, transmissão de conhecimento, meio de sobrevivência.

Thiago de Mello, nos idos de 1964, colocou em um marcante poema a belíssima tarefa do Movimento de Educação de Base, que tinha como grande protagonista um jovem pernambucano chamado Paulo Reglus Neves Freire. Seus versos seguem mais atuais do que nunca, nesses tempos de desencanto e obscurantismo:

CANÇÃO PARA OS FONEMAS DA ALEGRIA

(Carlos Rodrigues Brandão – Blog Poesia Acidental)

Peço licença para algumas coisas:
primeiramente para desfraldar
esse canto de amor publicamente.
Sucedo que só sei dizer amor
quando reparto o ramo azul de estrelas
que em meu peito floresce de menino.
Peço licença para soletrar,
No alfabeto do sol pernambucano,
a palavra ti-jo-lo, por exemplo,
e poder ver que dentro dela vivem
paredes, aconchegos e janelas.
E descobrir que todos os fonemas



são mágicos sinais que vão se abrindo,
constelações de girassóis girando
em círculos de amor que, de repente,
estalam como flor no chão da casa.
Às vezes nem há casa: é só chão.
Mas sobre o chão quem reina agora é um homem
diferente, que acaba de nascer.
Porque unindo pedaços de palavras,
aos poucos vai unindo argila e orvalho,
tristeza e pão, cambão e beija-flor.
E acaba por unir a própria vida,
no seu peito partida e repartida,
quando afinal descobre num clarão
que o mundo é seu também.
Que o seu trabalho
não é a pena que se paga por ser homem,
mas um modo de amar – e de ajudar
o mundo a ser melhor.
Peço licença para avisar que,
ao gosto de Jesus,
este homem renascido é um homem novo:
ele atravessa os campos espalhando
a boa nova, e chama os companheiros
a pelejar no limpo, frente a frente,
contra o bicho de quatrocentos anos,
mas cujo fel espesso não resiste
a quarenta hora de total ternura.

Peço licença para terminar
soletrando a canção de rebeldia
que existe nos fonemas da alegria:
canção do amor geral que eu vi crescer
nos olhos do homem que aprendeu a ler.

Já o educador, escritor e antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, refletindo sobre educação, nos convida a viajar pela estrada humana, essa escola da vida, “frequentada” desde que começamos a adquirir a feição de gente. Fomos neanderthais, fomos cromagnons, fomos e somos sapiens. Fomos o que fizemos conosco mesmos e com o que fizeram de nós. Somos, de maneira inegável, frutos dos processos educativos e de ensino e aprendizagem que sofremos, acolhemos, vivenciamos. É bonito isso de se descobrir um eterno aprendiz!

AVÓS E NETOS NO MEIO DA NOITE

(Carlos Rodrigues Brandão – Blog Poesia Acidental)

Como teria sido a noite talvez esquecida de todas as memórias?
Uma noite primitiva e ancestral na aurora da história,
quando um pequeno ser vivo, um milhão de anos depois

chamado “homem”,
chamou para um lugar mais perto da fogueira acesa o seu
neto
e então, apontando com dois dedos da mão direita uma
estrela,
entre as muitas do céu de julho, pronunciou pela primeira
vez
o seu primeiro nome.
Como terá sido aquela noite?

Com que gestos de um afeto rude, no entanto cheios de
uma estranha luz,
mais do que a fogueira, mais do que a das estrelas do
inverno,
teria acontecido aquilo um dia ... no meio da noite?

Como teria sido, anterior de mil milênios,
uma outra noite, mais esquecida ainda no silêncio do
tempo,
quando um ancestral mais antigo ainda daqueles primeiros
homens,
descansou sobre os ombros de um menino o peso do braço
e entre movimentos das mãos apenas, e do olhar,
ensinou a ele pela primeira vez um pequeno segredo,
num tempo em que debaixo das árvores e das estrelas não
existiam ainda
nem mesmo as palavras, nem mesmo os nomes do mundo?

Como teria sido o desenho daqueles gestos sem voz
e tão humanamente simples que, sob a proteção dos astros,
o homem e o menino adormeceram sem nem de longe
imaginar
que haviam feito ali o milagre de aprender-e-ensinar
para que o saber não morra, e nem as pessoas, e nem as
estrelas?

Que pássaros acordados na noite e que outros seres dos céus
e que flores noturnas – dessas onde só o perfume
já torna tão cheio de mistérios o mundo e a vida –
terão assistido, uma vez e outra, separadas de um milhão
de anos,
aqueles instantes fugazes da história quando,
primeiro o gesto e, depois, a palavra,
teriam criado a façanha de inventar a troca
entre os símbolos, entre os sentidos
e entre os sentimentos do mundo
através dos gestos da vida em consciência e em saber?

Transformados naquilo a que outros, tanto tempo depois,
deram o nome de **educação**, entre os homens e os filhos
dos homens.

Rio de Janeiro, maio a agosto de 2019



O livro foi produzido com Adobe Indesign, composto com Century Schoolbook, 10/12,9, impresso em papel Offset 90g, pela gráfica Lince Gráfica e Editora Epp Me, com tiragem de 1.000 exemplares.



FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS E
MARIELLE FRANCO**